



Conselho Nacional de Arquivos – CONARQ

ATA DA 52ª REUNIÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA DO CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS – CONARQ

1 Aos doze dias do mês de dezembro de 2008, no salão nobre da sede do Arquivo
2 Nacional, na Praça da República nº 173, cidade do Rio de Janeiro, sob a presidência de
3 Jaime Antunes da Silva, Presidente do Conselho Nacional de Arquivos - CONARQ foi
4 realizada a quadragésima nona reunião ordinária do Plenário do CONARQ.
5 Participaram da reunião: representando o Poder Executivo Federal: Alfredo Tiomno
6 Tolmasquim (titular), do Museu de Astronomia e Ciências Afins (MAST) e João Batista
7 Ferri de Oliveira (titular), do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão;
8 representando o Poder Judiciário Federal: Alvaro Luis de Araújo Ciarline (titular) do
9 Conselho Nacional de Justiça; Ana Rosa de Sá Barreto dos Santos (suplente), do
10 Tribunal Superior do Trabalho, Virginia Reis da Costa (suplente), do Tribunal de
11 Justiça do Distrito Federal e Territórios – TJDFT e Eloiza Rocha Pereira (suplente),
12 Conselho da Justiça Federal; representando o Poder Legislativo Federal: Antonio
13 Alberto de Carvalho (suplente), do Senado Federal e Lamberto Ricarte Serra Júnior
14 (titular), da Câmara dos Deputados; representando o Arquivo Nacional: Maria Izabel de
15 Oliveira (titular); representando os Arquivos Públicos Estaduais: Maria Tereza Navarro
16 de Britto Matos (titular), do Arquivo Público do Estado da Bahia, Daysi Lúcia Ramos
17 de Andrade (titular), do Arquivo Público do Paraná e Pedro Ferreira de Moura Filho
18 (suplente), do Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano; representando os
19 Arquivos Públicos Municipais: Carlos Roberto Bastos Freitas (titular), do Arquivo
20 Municipal de Campos dos Goytacazes e Gilka Zannin Rosas, da Fundação Arquivo
21 Memória de Santos (titular); representando as Associações Arquivísticas Brasileiras:
22 Clara Marli Scherer Kurtz (titular), da Associação dos Arquivistas do Estado do Rio
23 Grande do Sul e Pablo Soledade (suplente), da Associação dos Arquivistas da Bahia;
24 representando as instituições mantenedoras de curso superior de arquivologia: Rubens
25 Ribeiro Gonçalves da Silva (titular), da Universidade Federal da Bahia; representando
26 as instituições que congreguem profissionais que atuem nas áreas de ensino, pesquisa,

27 preservação ou acesso a fontes documentais: Paulo Knauss (titular), da Associação
28 Nacional de História – ANPUH, Suely Braga da Silva (titular), do CPDOC da Fundação
29 Getúlio Vargas e Solange Balbi Cerveira Reis, do Centro de Memória da Eletricidade
30 do Brasil. Justificaram suas ausências: Selma Braga Duboc, do Ministério da Saúde;
31 Maria Virginia Moraes Arana, da Universidade Federal do Espírito Santo e Marilza
32 Elizardo Brito, do Centro de Memória da Eletricidade do Brasil. Não compareceram:
33 Zulmira Canário Pope, do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional –
34 IPHAN; Francisco Maurício da Paz, do Senado Federal; Laila Monaiar, da Câmara dos
35 Deputados; Maria Esperança de Resende, do Arquivo Nacional; Liliana Alberti
36 Henrichs, do Arquivo Histórico Municipal João Spadari Adami e Adelina Cruz, do
37 CPDOC da Fundação Getúlio Vargas. Secretariou os trabalhos Marilena Leite Paes,
38 Coordenadora do CONARQ, com a colaboração de Domícia Gomes. O presidente do
39 CONARQ, Jaime Antunes da Silva inicia a 52ª Reunião Plenária do CONARQ,
40 informando que a Coordenação do CONARQ elaborara uma minuta de resolução que
41 dispõe sobre a adoção da Norma Brasileira de Descrição Arquivística - NOBRADE,
42 institui o Cadastro Nacional de Entidades Custodiadoras de Acervos Arquivísticos e
43 estabelece a obrigatoriedade da adoção do Código de Entidades Custodiadoras de
44 Acervos Arquivísticos – CODEARQ, pelos órgãos e entidades integrantes do Sistema
45 Nacional de Arquivos - SINAR. O Senhor Marcos Luiz Barreto Gomes inicia a leitura
46 da referida minuta de resolução, sendo a mesma aprimorada após sugestões dos
47 conselheiros Pablo, Lamberto e Carlos Freitas Bastos. Encerradas as discussões, a
48 mesma foi aprovada pelo Plenário. A propósito do CODEARQ, a Senhora Domícia
49 Gomes é convidada para apresentar esclarecimentos sobre a construção do CODEARQ.
50 Domícia informa, então, que conforme previsto na NOBRADE, lançada em 2007, as
51 entidades custodiadoras devem possuir um código identificador, que integrará o código
52 de referência assumido por seus respectivos fundos e coleções e que, conforme
53 deliberado na 44ª Reunião Plenária do CONARQ, realizada em cinco de dezembro de
54 2006, coube à Coordenação do CONARQ elaborar a proposta de construção desse
55 código identificador, nomeado Código de Entidades Custodiadoras de Acervos
56 Arquivísticos – CODEARQ, que tem como finalidade identificar de modo único cada
57 instituição custodiadora de acervo arquivístico, com o objetivo de intercambiar
58 informações em nível nacional e internacional. Continuando, Domícia fez um breve
59 histórico sobre a NOBRADE para os novos conselheiros, apresentando seus principais
60 objetivos, quais sejam: facilitar o acesso e intercâmbio de informações em âmbito

61 nacional e internacional, garantir maior qualidade do trabalho técnico, economia de
62 recursos aplicados, otimização das informações recuperadas e uso mais ágil pelo
63 pesquisador de instrumentos de pesquisa que estruturam de maneira semelhante às
64 informações. Apresenta os princípios da norma, quais sejam: descrição do geral para o
65 particular; informação relevante para o nível de descrição; relações entre descrições;
66 não repetição da informação. Domícia apresenta também os níveis de descrição e a
67 estrutura da norma. Com relação à estrutura, informa que a norma prevê a existência de
68 oito áreas, sendo elas: identificação, contextualização, conteúdo e estrutura, condições
69 de acesso e uso; fontes relacionadas; notas; controle da descrição; pontos de acesso e de
70 descrição de assuntos. A norma possui 28 elementos de descrição, sendo 7 de uso
71 obrigatório: código de referência; título; data; nível de descrição; dimensão e suporte;
72 nome dos produtores e condições de acesso. O Código de Referência tem como objetivo
73 identificar a unidade de descrição. Este elemento de descrição é obrigatório,
74 constituindo-se em um dos principais pontos de acesso à unidade de descrição. Domícia
75 informa que o CODEARQ integra o Código de Referência que é composto de três
76 partes principais; duas delas são determinadas a priori, na sua configuração, pela
77 NOBRADE, e devem se fazer presentes em todos os níveis de descrição. São elas:
78 código do país, código da instituição custodiadora e o código específico da unidade de
79 descrição. Informa ao Plenário que, depois de reuniões com o presidente da Câmara
80 Técnica de Normalização Arquivística - CTNDA e pesquisas na web, a equipe de
81 Coordenação do CONARQ não localizou nenhum referencial que pudesse ser utilizado
82 como modelo, e que também não existia, a nível internacional, um critério específico
83 para se definir o código identificador da instituição custodiadora. Sendo assim, a equipe
84 de Coordenação do CONARQ optou pela seguinte configuração: o código do país,
85 como prescrito internacionalmente pela ISO 3166 Codes for the representation of
86 names of countries, mais o código da unidade da federação como prescrito pela ISO
87 3166-2 Codes for the representation of names of countries, mais o acrônimo da
88 instituição custodiadora de acervos arquivísticos, inspirado pela norma ISO 15511
89 International Standard Identifier for Libraries and related. Para a formulação do código
90 da entidade custodiadora de acervos arquivísticos, foi estabelecido um número máximo
91 de 11 caracteres. Lamberto pergunta se a instituição federal também possuirá a sigla do
92 estado. O Senhor Marcos Luiz responde que isso é necessário para se identificar o ponto
93 de acesso da instituição. Domícia explica, ainda, que caso a instituição custodiadora
94 tenha mais de um ponto de acesso, esta terá um código diferente para cada ponto de

95 acesso. Em caso de haver dois pontos de acesso de uma instituição, em um mesmo
96 estado, será criado um dígito diferenciador. A Conselheira Eloysa pergunta sobre os
97 requisitos para inscrição no Cadastro Nacional de Entidades Custodiadora e para
98 receber o CODEARQ. Domícia responde que a instituição deve dar acesso ao acervo
99 permanente, mesmo que de forma restrita. As discussões sobre o CODEARQ são
100 encerradas, ficando deliberado que, a partir das informações obtidas pelo Cadastro,
101 sejam disponibilizadas as informações principais, tais como nome da instituição. o
102 código da instituição, endereço completo, telefones de contato, sítio na Internet, e-mail,
103 caracterização do acervo, condições de acesso, dia e horário de atendimento. Dando
104 prosseguimento, o presidente do CONARQ explica que a revisão da Resolução nº 26,
105 de 06 de maio de 2008, que estabelece diretrizes básicas de gestão de documentos a
106 serem adotadas nos arquivos do Poder Judiciário ficará a cargo da Câmara Setorial de
107 Arquivos do Judiciário, e que, se necessário, será apresentada nas próximas reuniões do
108 CONARQ. Em seguida, o presidente do CONARQ apresenta ao Plenário a solicitação
109 da conselheira Daisy sobre a possibilidade de se realizar as 53ª e 54ª Reuniões Plenárias
110 do CONARQ, na cidade de Curitiba, em virtude das comemorações dos 154 anos do
111 Arquivo Público do Paraná no mês de abril de 2009. Informa que o Decreto nº 4.073,
112 de 3 de janeiro de 2002, em seu art. 5º, § 2º estabelece que as reuniões do CONARQ
113 poderão ser convocadas para local fora da sede do Arquivo Nacional, por deliberação do
114 Plenário ou ad referendum deste, sempre que razão superior indicar a conveniência de
115 adoção dessa medida. O Plenário aprova a sugestão da Conselheira Daysi, ficando
116 deliberado que as 53ª e 54ª Reuniões Plenárias do CONARQ sejam realizadas na sede
117 do Arquivo Público do Paraná em princípios de abril. Dando prosseguimento, Jaime
118 informa que o último item da pauta será um balanço parcial sobre a Pesquisa do
119 CONARQ para conhecer a realidade dos Arquivos Públicos Estaduais e Municipais do
120 Brasil. Em seguida, convida a Senhora Domícia Gomes para apresentar o referido
121 balanço. Domícia inicia a apresentação sobre a Pesquisa para conhecer a realidade dos
122 Arquivos Públicos brasileiros, informando que a realização da pesquisa em questão fora
123 deliberada na 45ª Reunião Plenária do CONARQ em conjunto com diretores de
124 arquivos estaduais, ocorrida em 5 de setembro de 2007, por solicitação de alguns
125 Diretores de Arquivos Estaduais interessados num diagnóstico de situação dos arquivos
126 e também para atender às inúmeras demandas encaminhadas ao CONARQ pelas
127 instituições arquivísticas em geral, especialmente os arquivos públicos estaduais e
128 municipais, sobre as dificuldades e problemas que essas instituições arquivísticas

129 enfrentam. A Pesquisa teve como objetivos principais identificar um conjunto de
130 informações sobre a situação atual dos arquivos públicos estaduais e municipais e
131 elaborar um diagnóstico de situação com a finalidade de definir planos de ação e estudar
132 estratégias adequadas ao desenvolvimento dos arquivos, com vistas a viabilizar a
133 implantação e implementação de políticas públicas arquivísticas que garantam a
134 salvaguarda, a preservação e a difusão do patrimônio documental / cultural brasileiro.
135 Domicia explica que para a divulgação da Pesquisa foi elaborado um folder explicativo
136 e para a coleta dos dados foi utilizado um questionário, elaborado pela equipe da
137 Coordenação do CONARQ e apresentado na 1ª Reunião do Fórum Nacional de
138 Arquivos Estaduais, realizada em 30 de junho de 2008, durante o XV Congresso
139 Brasileiro de Arquivologia, realizado na cidade de Goiânia. Os questionários foram
140 distribuídos, por e-mail, no período de setembro a novembro de 2008, aos arquivos
141 estaduais, aos arquivos municipais institucionalizados e também às prefeituras. Foi
142 ainda disponibilizado no Portal do CONARQ. O questionário incluiu questões gerais
143 sobre: a instituição: posicionamento hierárquico do Arquivo Público na estrutura do
144 órgão ao qual está subordinado, questões sobre o acervo, sobre recursos: humanos,
145 financeiros e tecnológicos, infra-estrutura, serviços, entre outros. Domicia ressalta que
146 para a aplicação da pesquisa a equipe de Coordenação CONARQ se deparou com
147 muitas dificuldades, tais como: infra-estrutura tecnológica deficitária, pois muitas das
148 instituições arquivísticas não possuem acesso à internet, não possuem e-mail e nem fax.
149 Um outro obstáculo foi a constatação da existência de um cenário “tenso”, em virtude
150 da proximidade das eleições para prefeito. A morosidade nas respostas ao questionário
151 adotado para o levantamento das informações foi também um outro problema,
152 relacionado tanto pelo desconhecimento por parte das pessoas de termos usuais do fazer
153 arquivístico constantes do questionário, quanto pela necessidade de ainda se identificar
154 tais informações. E por último, a dificuldade do CONARQ em estabelecer parcerias
155 com os arquivos públicos estaduais, para obter sua colaboração na aplicação dos
156 questionários da pesquisa junto aos municípios de seu estado. Nesse sentido, Domicia
157 ressalta a importante contribuição do Arquivo Público da Bahia e do Arquivo Público
158 do Rio Grande do Sul. Domicia informa que a pesquisa fora concluída a nível estadual,
159 tendo recebido respostas de 23 Arquivos Públicos Estaduais. Informa que somente os
160 Arquivos Públicos Estaduais de Alagoas, Rio Grande do Norte e Rondônia não
161 participaram da Pesquisa, apesar da equipe do CONARQ ter tentado diversas vezes e
162 por todos os meios, (e-mail, correspondência postal e telefone) o apoio destes Arquivos,

163 os quais, mesmo assim, não enviaram os seus questionários até momento. Domícia
164 informa que o Estado de Tocantins não possui Arquivo Público Estadual. Quanto aos
165 Arquivos Públicos Municipais, a aplicação da pesquisa fora ainda mais complicada e
166 difícil, pois dentro do universo dos 5.564 municípios existentes no Brasil, apenas 45
167 Arquivos Municipais responderam à pesquisa. O Conselheiro Lamberto pede a palavra
168 e lembra da experiência do programa Interlegis, do Senado, com o recenseamento dos
169 arquivos das Câmaras Municipais, quando chegou-se à conclusão de que a melhor
170 forma de se fazer o recenseamento é a presencial. Diante disso, Lamberto indaga da
171 possibilidade do CONARQ obter um convênio com o IBGE. A Coordenadora do
172 CONARQ, Marilena Leite Paes relata seus contatos anteriores com o Interlegis, os
173 quais não geraram os resultados esperados. Lamberto explica que a aparente falta de
174 interesse por parte do Interlegis ocorreu em virtude do encerramento dos recursos de
175 investimentos do BID. Entretanto, essa situação se reverteu e, atualmente, o Interlegis
176 renovou o acordo com o BID, havendo, portanto, recursos disponíveis para projetos. O
177 Conselheiro Antonio Alberto sugere contar com a ajuda do Interlegis na distribuição
178 dos formulários da pesquisa, já que eles possuem um sistema próprio de comunicação
179 com as câmaras municipais. Em seguida, Domícia informa que a partir da soma dos
180 arquivos públicos estaduais e municipais que responderam a Pesquisa até o presente
181 momento, foram constatados os seguintes dados gerais sobre a situação arquivística
182 dessas instituições: descumprimento dos princípios constitucionais no que tange à
183 obrigação do Estado de promover a gestão de documentos, a preservação e o acesso às
184 informações governamentais; descaso ou desconhecimento por parte dos gestores
185 públicos, salvo exceções, quanto à importância dos arquivos para a eficiência, eficácia e
186 efetividade da administração; a incapacidade das autoridades em perceber o arquivo
187 como recurso informacional estratégico para a tomada de decisões, para a garantia de
188 direitos e deveres, e para a produção de novas informações; freqüente isolamento na
189 área cultural, devido à visão equivocada de se atribuir aos arquivos públicos a
190 responsabilidade só pela guarda e divulgação do patrimônio documental julgado de
191 valor histórico e cultural, inexistindo, entretanto, uma política arquivística de Gestão de
192 Documentos e a integração, entre os arquivos correntes, intermediário e permanente, o
193 que gera o fracionamento e prejuízo à integridade dos conjuntos documentais; falta de
194 visibilidade da importância dos arquivos não só por parte dos governantes, como
195 também pelo cidadão e pela sociedade em geral; baixa posição hierárquica dos Arquivos
196 na estrutura administrativa; escassez de pessoal qualificado e inexistência de

197 profissionais graduados em Arquivologia, o que leva as secretarias estaduais e
198 municipais a contratarem prestação de serviços de empresas terceirizadas de
199 organização, digitalização e guarda de documentos. Mesmo nos estados onde são
200 ministrados cursos superiores de Arquivologia em mais de uma universidade pública,
201 constata-se a inexistência do Arquivista. A propósito da discussão sobre a questão de
202 quadro de pessoal nos arquivos públicos, o Conselheiro Pablo sugere que se inclua, em
203 pauta da próxima reunião, um item para se discutir a possibilidade de um curso
204 profissionalizante de técnico de arquivo. Delibera-se então, que o grupo para discussão
205 desse assunto será formado por Pablo, Clara e Lamberto. Domicia segue apresentando o
206 balanço parcial sobre a Pesquisa para Conhecer A Realidade dos Arquivos Públicos
207 Brasileiros, destacando os principais desafios a serem vencidos, bem como, sugerindo
208 estratégias de atuação por parte do CONARQ. Devido a extensão da Pesquisa, o texto
209 será anexado a esta Ata. Terminada a apresentação da Pesquisa, o presidente do
210 CONARQ agradece a colaboração dos conselheiros, formula votos de um Feliz Natal
211 junto às respectivas famílias, deseja que 2009 seja repleto de realizações e encerra a 52ª
212 Reunião do CONARQ.